

RESENHAS

HUBERT, Jean-Paul. *La discontinuité critique. Essai sur les principes a priori de la géographie humaine.* Paris: Publications de la Sorbonne, 1993, 221p.

*Eliseu Savério Sposito*¹

Para começar esta resenha, é necessário antecipar o seguinte:

- optamos por utilizar muitas citações do próprio livro, que estão entre aspas, para evitar que haja qualquer modificação nas idéias do autor, porque sua base é profundamente teórica e envolve afirmações conceituais muito próprias e porque a leitura foi feita em sua versão original em francês.

- o presente livro tem uma base teórica coerente com a filosofia kantiana e portanto elaborado segundo uma linha filosófica que privilegia muito mais a forma do que os processos e que não é aquela que adotariamos como base para as discussões de conceitos e teorias em geografia atualmente;

- o ponto de partida da reflexão, em filosofia, estabelece, uma vez apontados os principais elementos do discurso, os limites da própria discussão, desde que não queiramos misturar água e óleo.

E é lembrando esses três primeiros pontos que passamos ao estudo do livro.

Começando por sua introdução geral, o autor aponta inicialmente:

1. a *problemática* que desenvolverá ao longo do texto. Essa problemática refere-se ao conceito de espaço geográfico, "um princípio organizante de qualidades sensíveis", que o autor distingue da simples extensão, e que "recobre" significações múltiplas e muitas vezes contraditórias (espaço vivido; multitude de outros espaços: marítimo, aéreo, etc.; espaço concreto porque organizado), sem deixar de salientar duas abordagens que mostram que seu conceito ainda não está bem esclarecido: aquela que se refere ao fato de que a "espacialidade geográfica é uma condição absoluta da existência do homem", insistindo no "caráter subjetivo" e na sua função fenomenológica, e a segunda que considera o espaço na "sua organização e no seu fechamento objetivos que manifestam a existência de sociedades distintas e de sistemas de valores relativos".

Neste item, o autor já lança as bases de sua interpretação de espaço geográfico, que será mais desenvolvida ao longo do livro: "o conceito de espaço geográfico parece captado em um movimento dialético do pensamento" e, enquanto "espaço organizado", pode ser considerado como um objeto "que articula domínios diferentes num sistema". Neste ponto já transparece sua visão de espaço, ao esboçar

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, SP. Coordenador do GASPERR (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais). E-mail: sposito@prudente.com.br.

sua hipótese ("para progredir na dialética do conceito de espaço geográfico, é necessário chegar a construir uma concepção dinâmica e objetiva da descontinuidade colocada como o esquema de diferenciação das posições sobre a terra") e seu encaminhamento, quando falará do método.

2. o *método* de trabalho, que ele denomina *a crítica*, baseia-se fundamentalmente na filosofia crítica e no pensamento racionalista de Kant (pois "a cientificidade não vem do método mas da possibilidade de constituir teoricamente um objeto ao qual os fenômenos podem ser subsumidos"; "os conhecimentos que comportam a maneira de constituir um saber sobre o mundo dos fenômenos são 'transcendentais'"), e considera como bases para a análise teórica: a diversidade da superfície terrestre, organizada pelas sociedades; que o "fenômeno fundamental da organização geográfica é a relação de posição entre os lugares do substrato terrestre, e que esta posição é determinada por uma estrutura dinâmica da organização", relativos a uma escala; que "todo conhecimento geográfico se constitui e se exprime pelas descontinuidades", que estruturam as diferentes representações do mundo, as quais por sua vez condicionam as atividades humanas.

3. a *posição relativa da tese*, ao manifestar-se pela análise crítica em relação ao desenvolvimento do pensamento geográfico francês nos últimos vinte anos, ao colocar em cheque vários conceitos e princípios geográficos (região, paisagem, unidade da geografia física com a geografia humana, a atitude contemplativa do geógrafo, etc.), e chegar à sua posição ideológica: criticando os sistemas "sócio-econômico-ecológico-...-espaciais", concebidos dentro de uma ordem pragmática, assume que "a geografia estrutural" é um ponto de chegada do trabalho epistemológico realizado em geografia humana.

Em seguida, o livro divide-se em duas partes distintas: a primeira concerne ao tema da representação da organização geográfica e a segunda refere-se à sua proposta teórica de interpretação das descontinuidades geográficas através da teoria da forma urbana.

Começamos pela primeira parte, que está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, o autor faz um resgate histórico de dois modos de representação espacial: um privilegia o mecanismo interno da organização espacial (representação em sistema) e o outro privilegia a morfologia da organização espacial (representação em estrutura). Sobre o primeiro, ao falar da sua insuficiência como sistema de representação, o autor mostra que os esquemas em "diagramas" formam um "mixto de intuição espacial e de intuição literária" desconsiderando qualquer escala.

Com relação ao segundo, que resultou numa *démarche* estruturalista, o espaço relativo é o referencial de posições empíricas, constatado a partir do conceito de posição, com argumentos em La Blache, Ratzel e Vallaux, que considera uma "escala teórica" que preleva a metodologia (porque "a manifestação de um fenômeno não tem sempre a mesma grandeza segundo os lugares"). Para interpretar essa *démarche*, o autor utiliza-se do idealismo transcendental kantiano, segundo o qual a idéia de espaço relativo em movimento reclama aquela de um espaço absoluto, pois se o espaço não tem existência própria, ele só ganha sentido ao

aparecer um fenômeno ao sujeito, pois o espaço euclidiano, que não pode ser considerado como continente (aquele que contém), não tem qualquer importância para a geografia.

Enfim, afirmando que depois de ter demonstrado "que os objetos da geografia eram as organizações dinâmicas da superfície da terra" e constatado que "esses objetos só existem concretamente através de uma mecânica de fluxos de pessoas, de bens e de informações, e que ao mesmo tempo eles constituem espaços relativos que condicionam a realização desses fluxos", o autor mostra a insuficiência da representação em sistema ("que não parece extrair o que constitui a objetividade específica da organização geográfica em relação à objetividade material de seu substrato"), e assume, em contraposição, a postura da representação em estrutura ("que parece assegurar os meios de individuar uma organização geográfica graças à sua morfologia").

Podemos ver que, até este ponto, o autor vai se definindo, através de suas afirmações, por suas posturas metodológica (análise crítica transcendental kantiana) e teórica (estruturalismo). Este ponto de partida levará, ao final do livro, a algumas contradições de afirmação teórica intransponíveis, como veremos mais adiante.

No segundo capítulo, a abordagem da problemática transcendental da descontinuidade geográfica começa pela necessidade das descontinuidades e pelo problema do julgamento. Partindo do princípio de que "todo espaço geográfico relativo contém *a priori* zonas qualitativamente diferentes" e que portanto ele é "*a priori* heterogêneo", e baseando-se na obra "*Crítica da faculdade de julgar*" de Kant, surge a necessidade de reencontrar a morfologia da organização geográfica. A partir daí, o autor faz uma releitura da tese de Roger Brunet, assim resumida: "a descontinuidade é a manifestação primordial da organização do espaço geográfico e a compreensão da gênese das descontinuidades, assim como da maneira como elas se combinam, é a chave da cientificidade da geografia" porque "a teoria das descontinuidades parece suscetível de contribuir para definir a própria natureza das ciências geográficas", e constata uma primeira antinomia, aquela entre o limite, a escala e a carta. Essa antinomia o autor procura superar, baseando-se em Kant, pela faculdade reflexiva de julgar, através do entendimento de que a descontinuidade pode ser reconstituída e diferenciada da extensão através da diferenciação qualitativa do espaço dada por um mecanismo de fluxo de seres humanos e matérias, incorporando-se a essa atitude, um sentimento estético subjetivo e intencional para conceber a morfologia objetiva de uma organização geográfica. A descontinuidade geográfica submetida à análise crítica e representada em estrutura supera a antinomia citada porque ela repousa na idéia de "determinação recíproca entre as partes" como quadro formal, "compatível com o estudo científico das organizações".

Ao final do capítulo, mais uma vez a tese do livro está exposta. Desta vez, resumida assim: "contrariamente ao encaminhamento sistêmico que toma a existência do objeto geográfico como um dado e encontra um problema para representá-lo de fato como antinomia, o encaminhamento estrutural toma a forma do objeto como um *a priori*" cujo "problema é aquele de demonstrar sua realidade

específica”, porque “é a compreensão teórica das discontinuidades verdadeiramente reveladoras do objeto que deve permitir descobri-los a partir da observação empírica do substrato”. Em outras palavras, a fundação de uma geografia científica teria como base a afirmação de que “a discontinuidade dos objetos geográficos tem um valor transcendental”.

No capítulo III, o autor analisa a geografia na antinomia do julgamento através de três encaminhamentos:

a. pela geografia dos meios insulares, segundo a qual o “interior é evidentemente o único lugar possível para o estabelecimento humano, considerada a hostilidade dos meios circundantes”, onde o limite é imóvel e determinado fisicamente;

b. pela economia espacial neo-clássica, segundo a qual o “interior é igualmente privilegiado por uma nova petição de princípio segundo o qual as trajetórias distantes do sujeito não são pertinentes para explicar as estruturas geográficas porque elas não visam a satisfação das necessidades supostas para explicar o estabelecimento humano”, onde o limite é imóvel mas determinado simbolicamente;

c. pela teoria do imperialismo, para a qual “somente o interior conta porque os Estados ou os grupos sociais dominantes ou dominados vêm evoluir seu território pelo deslocamento de suas fronteiras”, ficando sempre no interior desses limites, qualquer que seja a extensão incluída, sendo que o limite é imóvel e simbólico.

O autor termina o raciocínio dizendo que “em cada caso, tudo se passa como se o limite que separa o de dentro do de fora estava colocado como intransponível *a priori*”. E se a discontinuidade não pode ser ultrapassada, a diferença “qualitativa que a ela concerne marcar no espaço não tem sentido para a humanidade, porque ela não é um objeto de experiência possível”. Mas, se “as escalas não se diferenciam a não ser pelos limites extrínsecos e as discontinuidades não podem depender da escala”, trata-se de uma deficiência “grave do modo de representação e de uma consequência da antinomia da faculdade de julgar”, da qual deve necessariamente existir uma saída, para se entender as estruturas objetivas dos organismos geográficos.

Essa saída o autor vai discutir no último capítulo (IV) da primeira parte, denominado “condições transcendentais da objetividade geográfica”. Para ele, o “espaço geográfico é o lugar de realização da experiência geográfica mas, em si mesmo, ele não é objeto de experiência”, pois a finitude empírica do espaço geográfico não pode se referir à sua intuição.

Utilizando-se novamente de Kant e agora de uma fórmula de Gottmann, afirma que as oposições dialéticas que concernem ao conceito de espaço geográfico são: *o espaço é contínuo mas fechado, limitado mas em expansão, acessível mas organizado*. Essas oposições, do ponto de vista da *filosofia formal*, estão muito bem desenvolvidos nas páginas 100, 101 e 102. A partir daí, ao nosso ver, a finalização da primeira parte do livro, coerente e formalmente baseada no pensamento crítico de Kant, parte para uma solução teórica que recairá nas armadilhas anunciadas anteriormente: a explicação baseada na forma estabelece os limites da estrutura na

tentativa de superar as falhas teóricas da geografia na explicação do espaço geográfico, na procura do estabelecimento da fenomenologia da discontinuidade geográfica, fundamentada em três postulados (o primeiro: “o que está de acordo com as concepções formais da experiência quanto à intuição e ao conceito é *possível*”; o segundo: “o que está de acordo com as condições materiais da existência (da sensação) é *real*”; o terceiro: “o que está de acordo com o real é determinado segundo as condições gerais da experiência é *necessário*”), e que lança três princípios transcendentais (a “simples possibilidade do movimento do sujeito em direção à natureza”, “a substância das diferenças na qualidade do espaço geográfico”, e “o poder legislativo de uma estrutura espacial objetiva”), que servirão de base para a solução que ele apontará na segunda parte do livro, que é a que veremos a seguir.

É na segunda parte, que se inicia agora, intitulada “a discontinuidade na teoria da forma urbana” que vemos se cristalizar a utilização da lógica formal a partir dos raciocínios que levam aos debates dessa teoria, elaborada por G. Ritchot e seus colaboradores a partir de 1977, e que se pretende “uma teoria geral do estabelecimento humano e das organizações geográficas”, desde que foi concebida inicialmente a partir de estudos sobre o patrimônio imobiliário de Montreal. Essa teoria baseou-se nas seguintes questões consideradas tradicionais da geografia:

- a *significação da posição relativa* dos elementos concretos da paisagem “arranjada”, e notadamente das formas arquiteturais;

- o problema da *unidade sintética* dos conjuntos que reagrupam esses elementos concretos da paisagem e que comparecem na superfície terrestre como “formas concretas” mais ou menos distintas;

- as *formas concretas da paisagem* que são as cidades, os campos, as redes de comunicações, as linhas ou zonas fronteiriças, etc.;

- e as *formas abstratas* que constituem as estruturas sintéticas.

Assim, segundo a teoria adotada pelo autor, a “organização geográfica só pode ser considerada cientificamente na medida em que uma estrutura abstrata de posições espacializa os elementos de seu substrato e permite ao sujeito ter a intuição das relações de posições no interior desta organização enquanto espaço relativo”.

Segundo esse raciocínio, a discontinuidade é discutida a partir de uma esquematização matemática da estrutura, o que aponta para a busca de abstrações com as formas, enquanto perspectiva para a teoria da forma urbana, composta por partes homogêneas solidárias. Em seguida, a partir da hipótese de que uma representação subjetiva do mundo começa pela emergência de um bordo num *continuum* amorfo, ele afirma que não se deve confundi-la com a discontinuidade objetiva do espaço geográfico, introduzindo a idéia de *vacuum* como conceito fundamental: “elemento de base das estruturas e o germe da heterogeneidade dos espaços geográficos relativos”, é uma forma vazia que só pode ser percebida relativamente à forma plena.

No capítulo VI, a discussão aponta para a regra de propriedade e a realidade política do *vacuum*. O recurso ao postulado do pensamento empírico de Kant como

segundo momento transcendental associado à categoria de qualidade comparece nitidamente. Citando Ritchot, o autor diz que “a regra de propriedade institui um interdito político doravante e definitivamente principal, ‘estrutural’ (...) e a política aparece então como sendo *objetiva*”.

A condição de possibilidade do *vacuum* é dada pela ligação entre uma força repulsiva e uma força atrativa que exercem seus papéis estruturais na escala do todo.

Afirmando que o espaço geográfico “mediatiza o acesso do sujeito à natureza” e o direito de utilizá-la, a existência da organização geográfica está fundamentada na liberdade transcendental. A compreensão da propriedade está sujeita ao entendimento da noção de comunidade originária, que pressupõe que a “instituição da propriedade individual nominativa foi precedida no tempo conforme a consecução transcendental, pela instituição do interdito espacial”, sublinhando que o “problema da historicidade de sua realização do direito natural” está submisso pelo direito político. (145)

No capítulo VII, ao analisar os mecanismos da organização geográfica, o autor parte da hipótese de que “todas as descontinuidades objetivas para a geografia humana são propagadas a partir de um *vacuum* que foi o germe”. Isso leva a algumas constatações: “o dinamismo do *vacuum* constitui o motor dos mecanismos que vão deslocar a forma abstrata no ecúmeno e fazer evoluir a organização geográfica” (152); a teoria da forma urbana distingue duas modalidades para as trajetórias segundo a qual “o sujeito tem ou não o domínio de sua mobilidade”, pois “o controle da mobilidade se ganha ou se perde segundo um mecanismo profundo de desdobramento da estrutura, que condiciona a utilização das fontes da natureza e o *aménagement* da paisagem” (152), e depende dos agentes (*acteurs*) e das ações (*actants*) (155).

Para discutir a diferença qualitativa entre os domínios urbanos e rurais, baseando-se em Ritchot, o autor define o urbano (que é o lugar da concorrência para a apropriação do solo, aos quais se somam os conflitos para o controle da mobilidade; e que é o lugar que comporta uma emoção estética) “como a qualidade do espaço apropriado em seguida a uma trajetória endo-regulada” (e tudo isso aparece como características da cidade) e o rural é “resultante de uma trajetória exo-regulada”. Enfim, o urbano é uma qualidade de apropriação do espaço terrestre: “a manifestação do urbano e do rural é histórica”, e ela depende do sistema econômico que organiza a troca.

As constatações citadas acima são importantes porque demonstram uma boa apreensão dos problemas categoriais em geografia. Por outro lado, ao tratar a teoria da forma urbana como importante para superar problemas conceituais, eis o que o autor escreve: “para a teoria da forma urbana, a oposição urbana-rural está deslocada de toda conotação histórica, contrariamente aos conceitos de cidade e campo que designam fenômenos concretos em interação, e contrariamente ao sistema dinâmico de descontinuidades que categoriza a extensão segundo esta oposição qualitativa”. A posição teórica está clara: é a forma que interessa, independente da conotação histórica que se pode observar no lugar. Ou a nossa leitura está errada, ou o autor,

neste ponto, distancia-se realmente de qualquer possibilidade de um entendimento concreto da realidade geográfica, ficando no nível do abstrato, mesmo que anteriormente tenha criticado as *démarches* empíricas do pensamento geográfico.

E é o que se segue no capítulo seguinte: o recurso formal à fenomenologia da organização como uma “subida do sentido do supra-sensível transcendente em direção ao mundo sensível”, para a constituição da objetividade geográfica, baseando-se em quatro níveis: o “nível profundo que corresponde a uma semântica fundamental composta de representações simbólicas do imaginário antropológico”; o nível político da dinâmica da apropriação espacial (trajetórias de mobilidade); o nível “das descontinuidades abstratas do espaço geográfico cuja categorização global sobredetermina o recorte parcelar local”; e o nível de superfície das formas concretas co-localizadas pelas descontinuidades abstratas”. E a passagem de um nível para o outro pode estar mediada pela existência de um *vacuum*. Mesma abordagem abstrata está subjacente ao estudo da espacialidade dos fenômenos sociais e econômicos e de escalas teóricas e referenciais objetivos (?): “as formas urbanas são referenciais objetivos porque elas definem uma posição para um sujeito dotado de razão em geral” (171); há dinâmicas induzidas pela forma urbana, como por exemplo aquelas que determinam rendas de situação.

Outra afirmação contundente do autor: “a teoria da forma urbana pode então ser expandida para uma teoria geral das estruturas do espaço geográfico, e por aí nos parece constituir a objetividade dos conceitos de região e de nação” (180).

Os quatro níveis de estrutura no espaço geográfico são: o *vacuum*, a forma urbana e as duas morfologias regional e nacional, sendo que o *vacuum* e a forma urbana são “os dois níveis fundamentais da organização do mundo” porque o primeiro é “a origem das posições”, a primeira descontinuidade, “ruptura vertiginosa na paisagem e ponto cardeal sobre o qual revem-se sempre para se encontrar”, e o segundo, a forma urbana, porque ela estrutura o espaço, engendra “a realidade geográfica organizando as posições em uma totalidade”.

O autor termina o capítulo dizendo que se pode definir a organização geográfica como “mundo de forças canalizadas pelas formas que se manifestam por fenômenos sociais e econômicos condicionados pelo substrato terrestre e pelas instituições políticas” (182).

A terceira e última parte do livro, a conclusão geral, peca, ao nosso ver, por afirmações como: “a ciência geográfica deve reduzir suas ambições à explicação da maneira pela qual o objeto geográfico pode funcionar em tanto que sua própria causa”; que “o programa científico da disciplina pode então consistir em descobrir leis e modelos matemáticos que sejam conformes aos dois princípios - a análise dos mecanismos e a finalidade interna da organização: “nosso projeto deveria então começar por uma pesquisa sobre os conceitos, com o objetivo de vir a constituir uma descrição objetiva da organização geográfica, prelúdio a uma esquematização matemática ulterior”.

Neste ponto, não se pode mais “ficar quieto”. Após afirmar o “caráter reducionista” da geografia de La Blache, Ratzel, e dos modelos de Lösch e da

matemáticos de discussão, que têm uma finalidade interna clara, que é a da linguagem neo-positivista e exata, para uma ciência social que jamais será exata. A utilização de dados e de esquemas com caráter didático para a compreensão dos fatos, ainda vá lá. Mas voltar para a modelização em geografia, é voltar muito atrás do que já foi superado, e propor abstrações num momento em que a ciência deve se voltar cada vez mais para a realidade objetiva é privilegiar a forma em detrimento do entendimento claro da dinâmica social. Ou, por outro lado e não menos grave, temos que entender que a proposta do autor analisado é claramente a volta ao utilitarismo da ciência social, como aconteceu com a França a partir do planejamento exacerbado através da forma, nos anos 60 e 70, que produziu espaços urbanos até hoje problemáticos.

E então a análise, que neste ponto pode realmente ser denominada crítica, deve fazer referência à consistência de idéias e propostas apresentadas no livro de François Ascher, intitulado *Métapolis* (que exige uma resenha à parte), que mostra a possibilidade de um entendimento e ulteriormente de um governo para a cidade bem mais consistente que aquela proposta por Hubert.

ASCHER, François. *Métapolis (ou l'avenir des villes)*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1995.

Maria Encarnação Beltrão Sposito²

A leitura do texto de François Ascher permite aos leitores não apenas uma análise acerca dos papéis das cidades neste período de grandes transformações econômicas e sociais, mas sobretudo oferece um conjunto de reflexões que propiciam a reconstrução dos referenciais que nos permitem a leitura da urbanização contemporânea.

A idéia de *'métapolis'* é apresentada, tomando como ponto de partida a emergência de uma forma urbana, que corresponde a novas dinâmicas de concentração dos homens, das atividades e das riquezas nas grandes cidades. Para o autor, essa nova forma urbana ultrapassa e engloba as diferentes concepções que temos de metrópole. Ele poderia falar de meta-metrópole, na medida em que os espaços metropolitanizados ultrapassam a própria metrópole, mas preferiu a adoção do termo *'métapolis'*, que permite a inserção da nova concepção na mesma cadeia das concepções de *'metropolis'* e *'megalopolis'*.

O livro é organizado em sete capítulos³, através dos quais a concepção de *'métapolis'* se constrói, partindo inicialmente de uma definição:

² Professora Assistente Doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. E-mail: sposito@prudente.com.br.

³ Os capítulos versam sobre os seguintes temas: 1. Metropolização e metápole; 2. Telecomunicações e metapolização; 3. As cidades no limiar de um novo ciclo longo?; 4. A metápole como modos de vida; 5.

"Uma metápole é o conjunto de espaços no qual tudo ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios estão integrados no funcionamento cotidiano (ordinário) de uma metrópole. Uma metápole constitui geralmente uma só facia de emprego, de habitat e de atividades. Os espaços que compõem uma metápole são profundamente heterogêneos e não necessariamente contíguos. Uma metápole compreende ao menos algumas centenas de milhares de habitantes.

"As metápoles se formam a partir de metrópoles pré-existentes muito diversas, e integrantes de um conjunto heterogêneo de espaços novos, são elas mesmas necessariamente muito variadas. Elas são mono ou polinucleares, mais ou menos aglomeradas ou dispersas, heterogêneas, polarizadas ou segmentadas, densas ou extensas; elas seguem dinâmicas de crescimento radio-concêntricas, tentaculares, lineares, em 'cachos', ou ainda em 'metastase'." (p.34)

Essa definição inicial ganha densidade na medida em que o autor, baseado em grande número de referências bibliográficas (apresentadas sob a forma de notas explicativas), informa e fundamenta sua análise com um conjunto de pesquisas que contribuem para a compreensão dos novos papéis desempenhados pelas grandes áreas urbanas e do cotidiano nelas vivido, na perspectiva de reconstrução das concepções com as quais vimos trabalhando. Assim, a definição inicial se constrói como um novo conceito para definir/expressar essa nova realidade.

Do conjunto de temas debatidos nesse livro, três deles são, a nosso ver, centrais para o entendimento da concepção de *'métapolis'*, quais sejam: - a relação entre telecomunicações e metapolização; - a distinção entre cidadania e a cidadania; e, - a construção de uma política de governança.

Partindo da discussão acerca das relações entre o processo de metropolização e o desenvolvimento de novas tecnologias, o autor discute o papel desse desenvolvimento (sobretudo, no que se refere às técnicas de comunicações, de transporte, de conservação dos objetos e da infra-estrutura para a realização de trocas) no processo de definição da estrutura metropolitana.

Ainda que partilhando a idéia de que as novas tecnologias da informação e da comunicação desempenham um papel transformador no processo de urbanização, o autor questiona de forma decisiva a idéia de que o desenvolvimento acelerado dessas novas tecnologias provocaria uma desurbanização ou a dissolução das grandes cidades. Ao contrário, demonstra através de informações e análises, que esse desenvolvimento não diminui a necessidade de considerar a dimensão espacial dos fenômenos ou mesmo a distância entre os fatos e os objetos, e acrescenta que essa tendência tem, sob diversos aspectos, todas as probabilidades de penalizar ainda mais as regiões periféricas e as cidades pequenas.

Refutando a concepção de que as tecnologias são exteriores à sociedade, e portanto criticando a tendência à análise de seus impactos sobre ela, o autor

Cidadania e cidadania metropolitana; 6. Novo urbanismo e manejo público urbano; 7. Concepções metropolitanas. Na conclusão, o tema é: A governança metropolitana, um 'desafio' maior para a sociedade